

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.298 - SP (2019/0157751-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : LOJAS RIACHUELO S/A**  
**ADVOGADOS : RICARDO GOMES LOURENÇO E OUTRO(S) - SP048852**  
**MARCELO MORENO DA SILVEIRA - SP160884**  
**MIRELLA NAPOLEAO BALDEZ - SP345107**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA DEMANDA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, SOB A ÉGIDE DO ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC, SEM DEIXAR DELINEADAS CONCRETAMENTE, NA SENTENÇA – E NO ACÓRDÃO QUE MAJOROU A VERBA HONORÁRIA –, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. PRETENDIDA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Embargos à Execução Fiscal. Após o regular processamento do feito, o Juízo de 1º Grau julgou procedente a demanda. Interpostas Apelações, por ambas as partes, o Relator da causa, em 2º Grau, negou seguimento à remessa oficial e à Apelação da Fazenda Nacional e deu provimento à Apelação da parte autora, "a fim de majorar os honorários advocatícios para o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)", nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73. Interposto Agravo interno, pela parte autora, restou ele improvido. No Recurso Especial, sob alegação de contrariedade e interpretação divergente do art. 20, § 4º, do CPC/73, a parte autora busca a majoração dos honorários advocatícios, ao argumento de que teriam sido fixados em valor irrisório.

III. Na forma da jurisprudência do STJ, firmada à luz do CPC/73, "o afastamento excepcional do óbice da Súmula 7 do STJ para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo somente pode ser feito quando o Tribunal *a quo* expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, conforme entendimento sufragado no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos

# *Superior Tribunal de Justiça*

referidos critérios para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios" (STJ, AgRg no REsp 1.512.353/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

IV. No caso, o Tribunal de origem deixou de se pronunciar, de maneira motivada, sobre as circunstâncias específicas da presente causa, à luz de todos os parâmetros previstos nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 3º do art. 20 do CPC/73. Tal contexto não autoriza, no caso, a majoração de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão do recorrente, incidindo, na espécie, a Súmula 7/STJ.

V. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES**

Relatora